



Igreja-Governo: Patriarca defende via do diálogo

D. José Policarpo fala de forças que querem impedir a presença da Igreja na sociedade



O Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, defendeu hoje que a melhor maneira de superar as tensões entre a Igreja e o governo passa pelo diálogo, evitando trazer as questões para “a praça pública”.

“Acredito que, no diálogo e na análise objectiva da melhor maneira da Igreja servir a nossa sociedade, conseguiremos apaziguar e pacificar”, referiu, durante um encontro com jornalistas que decorreu no Mosteiro de São Vicente de Fora.

Com esta atitude, indicou o Patriarca, é possível não dar “palco e margem de manobra” aos que querem impedir a presença da Igreja na nossa sociedade. D. José Policarpo falou mesmo de “forças na sociedade” que não vêem com bons olhos essa presença.

Referindo não ser “pessoa para dramatizar facilmente as situações”, o Patriarca de Lisboa não quis valorizar excessivamente os recentes episódios de desacordo entre os Bispos e o governo, que levou a um encontro entre representantes da Conferência Episcopal Portuguesa com José Sócrates, no passado mês de Julho.

“O que se passa na nossa sociedade é uma evolução cultural, onde a Igreja é confrontada continuamente com a necessidade de afirmar a sua perspectiva”, observou, para sublinhar que o caminho “não é o poder, mas a autoridade do serviço”.

O Cardeal-Patriarca lembrou que “a Concordata consagra o princípio da cooperação entre a Igreja e o Estado”, mostrando confiança nas instituições que



governam o país, apesar de admitir que se vive "um momento delicado de diálogo".

Quanto à questão recentemente levantada em torno da assistência religiosa e espiritual nos Hospitais, D. José Policarpo vê “sintomas de que será feito um caminho para chegar a uma equação nova, mas que garanta o serviço prestimoso das Capelarias Hospitalares no conjunto do Sistema Nacional de Saúde”.

Este responsável assegurou que “a liberdade de consciência é algo de que a Igreja é a primeira defensora”, pelo que não se concebem Capelarias que não a respeitem”, frisando que, na prática, “são as Capelarias católicas que têm chamado ministros das outras religiões”. Os capelães, por outro lado, são presença habitual nas Comissões de humanização dos Hospitais.

O Patriarca de Lisboa asseverou que “não é pensável assistir os doentes com estruturas paroquiais”, afirmando que a actual redacção do documento revela “um desconhecimento total”, por parte dos responsáveis, sobre a forma como se processa esta assistência aos doentes. Por isso, defende que os Hospitais têm de ter “um serviço de Capelaria, ecuménico”, mas que atenda à dimensão da Igreja Católica.

A questão financeira, destacou, não é o principal, adiantando mesmo que “se fosse preciso pagar, pagávamos”. O projecto de lei apresentado pelo governo, contudo, prevê que seja o Estado a suportar essa despesa.

D. José Policarpo indicou que “outra coisa é saber se os capelães devem fazer parte da estrutura de funcionários públicos”. “Essa solução não me agrada, mas há que arranjar maneira de compensar o capelão pelo tempo que passa no Hospital”, referiu.

Nacional | Octávio Carmo | 02/10/2007 | 14:14 | 3015 Caracteres | 362 | Igreja/Estado